



Câmara dos Deputados
Assessoria Técnica da Liderança do PT

Boletim de Indicadores Econômicos

Ano 9 – Nº 02

Fevereiro de 2008

(Disponível em: <http://www.pt.org.br/assessor/economia.htm>)

- I – Setor Real
- II – Setor Público
- III – Setor Externo
- IV – Setor Financeiro

Brasília/DF

ÍNDICE

I. Setor Real	
I.1. Produção Industrial	02
I.2. Taxas de Desemprego	03
I.3. Rendimento Real Médio	04
I.4. PIB	04
I.5. Indicadores de Inflação	05
II. Setor Público	
II.1. Dívida Líquida	06
II.2. Déficit	07
II.3. Transferências Constitucionais	08
II.4. Dívida Mobiliária	11
III. Setor Externo	
III.1. Dívida Externa	12
III.2. Reservas Internacionais	13
III.3. Taxa de Câmbio	14
III.4. Balanço de Pagamentos	15
III.5. Balança Comercial	16
IV. Setor Financeiro	
IV.1. Taxa de Juros Selic	17
IV.2. <i>Spread</i> das Operações de Crédito	18
IV.3. Volume de Crédito	19

I. Setor Real

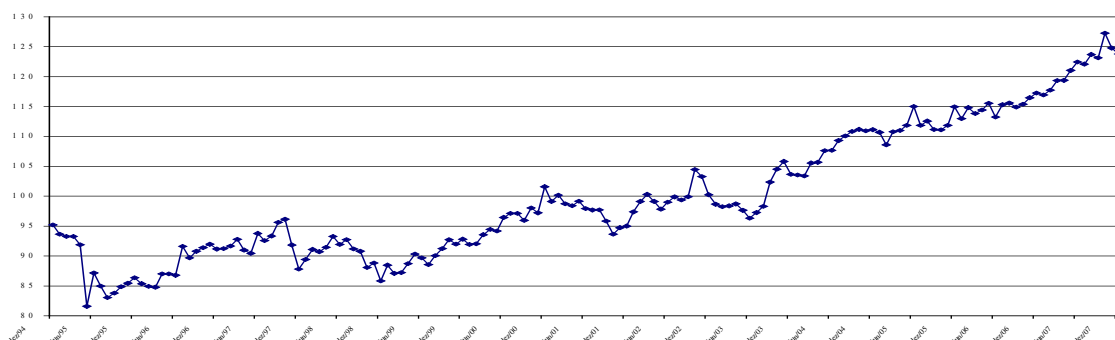
Tabela 1 – Produção Industrial

Período	Número Índice ¹	Crescimento em relação a igual mês do ano anterior (%)	Crescimento em relação ao mês anterior (%)	Crescimento nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores (%)	
1994	Dez	95,2	-	-	7,6
1995	Dez	86,4	-	-	1,8
1996	Dez	91,2	-	-	1,7
1997	Dez	87,8	-	-	3,9
1998	Dez	85,8	-	-	-2,0
1999	Dez	92,8	-	-	-0,7
2000	Dez	101,6	-	-	6,6
2001	Dez	95,0	-	-	1,6
2002	Dez	100,3	-	-	2,7
2003	Dez	103,7	-	-	0,0
2004	Dez	111,1	-	-	8,3
2005	Dez	114,9	-	-	3,1
2006	Dez	117,3	-	-	2,8
2007	Jan	117,0	3,5	-0,3	2,9
	Fev	117,7	2,6	0,7	2,8
	Mar	119,3	4,8	1,3	2,6
	Abr	119,4	4,3	0,0	3,3
	Mai	121,0	4,8	1,4	3,3
	Jun	122,4	8,1	1,2	3,9
	Jul	122,1	5,9	-0,3	4,2
	Ago	123,7	7,0	1,3	4,5
	Set	123,1	7,2	-0,5	4,8
	Out	127,3	10,3	3,4	5,3
	Nov	124,8	7,1	-1,9	5,5
	Dez	123,8	5,6	-0,8	6,0
2007	Jan	126,0	7,7	1,8	6,3

Fonte: IBGE.

1 – Índice de base fixa mensal com ajuste sazonal, média de 2002=100.

Gráfico 1 – Produção Industrial
(Número índice, média de 2002=100)



Fonte: IBGE.

Tabela 2 – Taxas de Desemprego

	(em %)				
	Taxa de desemprego IBGE ¹		Taxa de desocupação IBGE ¹		Taxa de desemprego (Dieese/Seade)
	Nacional ²	São Paulo	Nacional ²	São Paulo	São Paulo
1995 Média	5,0	5,5	nd	nd	13,2
1996 Média	5,8	6,7	nd	nd	15,0
1997 Média	6,1	7,1	nd	nd	15,7
1998 Média	8,3	9,4	nd	nd	18,2
1999 Média	8,3	9,1	nd	nd	19,3
2000 Média	7,8	8,1	nd	nd	17,7
2001 Média	6,8	7,0	nd	nd	17,5
2002 Média	7,9	9,2	11,7	12,7	19,0
2003 Média	nd	nd	12,3	14,1	19,9
2004 Média	nd	nd	11,5	12,6	18,8
2005 Média	nd	nd	9,8	10,2	17,0
2006 Média	nd	nd	10,0	10,5	15,9
2007 Média	nd	nd	9,3	10,1	15,0
2007					
Jan	nd	nd	9,3	10,1	14,4
Fev	nd	nd	9,9	10,6	15,3
Mar	nd	nd	10,1	11,5	15,9
Abr	nd	nd	10,1	11,6	16,3
Mai	nd	nd	10,1	11,2	15,5
Jun	nd	nd	9,7	10,2	14,9
Jul	nd	nd	9,5	10,3	15,0
Ago	nd	nd	9,5	10,1	15,0
Set	nd	nd	9,0	9,4	15,1
Out	nd	nd	8,7	9,5	14,4
Nov	nd	nd	8,2	8,8	14,2
Dez	nd	nd	7,4	8,0	13,5
2008					
Jan	nd	nd	8,0	8,6	13,6

Fontes: IBGE; Dieese/Seade.

1 – Devido a mudança metodológica, o termo “taxa de desemprego” não é mais utilizado pelo IBGE. A partir de 2002, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) passou a incorporar recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de forma a tornar mais compatíveis as informações da realidade brasileira aos padrões utilizados na maioria dos países. Assim, a informação oficial passa a ser tratada como “taxa de desocupação”.

2 – A pesquisa nacional do IBGE é feita nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

nd – dado não disponível.

De acordo com o IBGE, em janeiro de 2008, a Taxa de Desocupação medida em todo País foi estimada em 8,0%, verificando-se alta de 0,6 pontos percentuais (p.p.) em relação a dezembro de 2007. Quando comparado com mesmo mês do ano anterior, foi registrada uma queda de 1,3 p.p.. Em São Paulo, a Taxa sofreu uma alta de 0,6 p.p. entre os meses de janeiro de 2008 (8,6%) e dezembro de 2007 (8,0%). Quando comparado com janeiro de 2007, foi verificou-se queda de 1,5 p.p..

Segundo a pesquisa realizada pelo Dieese/Seade, a Taxa de Desemprego total em São Paulo sofreu uma leve alta de 0,1 p.p entre os meses de janeiro de 2008 (13,6%) e dezembro de 2007 (13,5%). A variação em relação ao mesmo mês no ano anterior sofreu queda de 0,8 p.p..

Tabela 3 – Rendimento Real Médio em São Paulo ¹

	Ocupados ²			Assalariados ³	
	Rendimento (em R\$)	Número	Índice ⁴	Rendimento (em R\$)	Número Índice ⁴
1998	Jan	1.644	74,1	1.664	71,7
1999	Jan	1.639	73,9	1.663	71,7
2000	Jan	1.484	66,9	1.489	64,2
2001	Jan	1.382	62,3	1.395	60,2
2002	Jan	1.243	56,0	1.299	56,0
2003	Jan	1.134	51,1	1.193	51,4
2004	Jan	1.188	53,5	1.240	53,5
2005	Jan	1.130	50,9	1.194	51,4
2006	Jan	1.172	52,8	1.256	54,1
2007	Jan	1.165	52,5	1.226	52,9
	Fev	1.172	52,8	1.229	53,0
	Mar	1.171	52,8	1.237	53,3
	Abr	1.196	53,9	1.263	54,4
	Mai	1.177	53,0	1.251	53,9
	Jun	1.144	51,6	1.211	52,2
	Jul	1.128	50,8	1.191	51,3
	Ago	1.138	51,3	1.203	51,9
	Set	1.169	52,7	1.238	53,4
	Out	1.174	52,9	1.233	53,1
	Nov	1.167	52,6	1.224	52,8
	Dez	1.147	51,7	1.202	51,8
2008	Jan	1.143	51,5	1.195	51,5

Fonte: Dieese/Seade.

1 – Região metropolitana da Grande São Paulo. Valores corrigidos pelo ICV-Dieese/SP, para o último mês da série.

2 – Excluídos os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

3 – Excluídos os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

4 – Base: média de 1985 = 100.

Tabela 4 – Produto Interno Bruto (PIB)

Período	Nominal (R\$ bilhões)	Taxa real de variação do PIB	Índice do PIB real	PIB per capita (valores reais de 2005)	Taxa real de variação do PIB per capita	Índice do PIB per capita
1994	349,2	5,9	73,2	10.864,0	4,2	87,4
1995	705,6	4,2	76,3	11.148,7	2,6	89,6
1996	844,0	2,2	77,9	11.215,6	0,6	90,2
1997	939,1	3,4	80,5	11.420,3	1,8	91,8
1998	979,3	0,0	80,6	11.254,4	-1,5	90,5
1999	1.065,0	0,3	80,8	11.115,7	-1,2	89,4
2000	1.179,5	4,3	84,2	11.423,4	2,8	91,9
2001	1.302,1	1,3	85,3	11.404,1	-0,2	91,7
2002	1.477,8	2,7	87,6	11.536,8	1,2	92,8
2003	1.699,9	1,1	88,6	11.499,9	-0,3	92,5
2004	1.941,5	5,7	93,7	11.982,7	4,2	96,3
2005	2.147,9	2,9	96,4	12.161,4	1,5	97,8
2006	2.322,8	3,7	100,0	12.436,7	2,3	100,0

Fonte: IBGE.

Tabela 5 – Indicadores de Inflação

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2007						2008		12 meses				
														Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out		Nov	Dez	Jan	Fev
IGP-DI	14,8	9,3	7,5	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,7	12,1	1,2	3,8	7,9	0,2	0,1	0,2	0,3	0,4	1,4	1,2	0,8	1,1	1,5	1,0	0,4	8,7
IGP-M	15,2	9,2	7,7	1,8	20,1	10,0	10,4	25,3	8,7	12,4	1,2	3,8	7,7	0,3	0,0	0,0	0,3	0,3	1,0	1,3	1,1	0,7	1,8	1,1	0,5	8,7
IPC-DI	25,9	11,3	7,2	1,7	9,1	6,2	7,9	12,2	8,9	6,3	4,9	2,1	4,6	0,5	0,3	0,3	0,4	0,3	0,4	0,2	0,1	0,3	0,7	1,0	0,0	4,5
IPA-DI	6,4	8,1	7,8	1,5	28,9	12,1	11,9	35,4	6,3	14,7	-1,0	4,3	9,4	0,1	0,0	0,0	0,1	0,4	2,0	1,6	1,0	1,5	1,9	1,1	0,5	10,6
IPA-OG-ag	-5,6	17,3	17,7	4,9	29,9	13,1	16,0	47,3	4,5	2,7	-6,3	6,9	24,8	-0,2	-2,4	-1,9	0,7	1,8	6,2	5,3	2,7	4,3	4,3	1,6	-0,2	23,9
IPA-OG-in	13,1	3,9	3,1	-0,2	28,3	11,6	10,3	30,9	6,9	19,5	0,9	3,5	4,4	0,2	0,8	0,6	-0,1	0,0	0,6	0,4	0,4	0,4	1,0	0,9	0,8	6,2
INPC	22,0	9,1	4,3	2,5	8,4	5,3	9,4	14,7	10,4	6,1	5,0	2,8	5,2	0,4	0,3	0,3	0,3	0,3	0,6	0,3	0,3	0,4	1,0	0,7	0,5	5,4
IPCA	22,4	9,6	5,2	1,7	8,9	6,0	7,7	12,5	9,3	7,6	5,7	3,1	4,5	0,4	0,3	0,3	0,3	0,2	0,5	0,2	0,3	0,4	0,7	0,5	0,5	4,6
IPC-Fipe	23,2	10,0	4,8	-1,8	8,6	4,4	7,1	9,9	8,2	6,6	4,5	2,5	4,4	0,1	0,3	0,4	0,6	0,3	0,1	0,2	0,1	0,5	0,8	0,5	0,2	4,1
ICV	27,4	9,9	6,1	0,5	9,6	7,2	9,4	12,9	9,6	7,7	4,5	2,6	4,8	0,3	0,4	0,6	0,2	-0,3	0,4	0,3	0,3	0,3	1,1	0,9	0,0	4,5

Fontes: Dieese, FGV, IBGE.

nd – dado não disponível.

Segundo a tabela acima observa-se que o IPA-DI (Índice de Preços por Atacado - disponibilidade interna) registrou uma queda na sua taxa de variação de 1,1%, em janeiro, para 0,5%, em fevereiro. O IGP-DI (Índice Geral de Preços - disponibilidade interna) teve variação de 0,4% em fevereiro, apresentando queda em relação ao mês anterior. O IPC-DI (Índice de Preços ao Consumidor - disponibilidade interna) registrou alta na sua taxa de variação de 1,0%, em janeiro, para 0,0%, em fevereiro.

O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) registraram queda em relação ao mês anterior, ambas com taxa de 0,5% em fevereiro.

Em fevereiro, o ICV (Índice de Custo de Vida no município de São Paulo) registrou taxa de 0,0%.

II. Setor Público

Tabela 6 – Dívida Líquida do Setor Público ¹

(R\$ bilhões)

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
1. Dívida total líquida (2+3)	208,5	28,0	269,2	30,7	308,4	31,8	385,9	38,9	516,6	44,5	563,2	45,6	660,9	48,4	881,1	50,5	913,1	52,4	957,0	47,0	1.002,5	46,5	1.067,4	44,7	1.150,4	42,8
1.1 Governo federal e Bacen	90,4	12,1	128,4	14,7	167,7	17,3	231,3	23,3	316,2	27,3	353,0	28,6	411,8	30,2	560,8	32,1	578,7	33,2	601,5	29,5	664,2	30,8	735,8	30,8	816,7	30,4
1.2 Governos estaduais ²	72,5	9,7	93,3	10,7	115,9	12,0	113,2	11,4	147,9	12,8	161,2	13,0	203,4	14,9	258,0	14,8	278,0	15,9	306,0	15,0	305,7	14,2	316,9	13,3	324,1	12,1
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,7	1,8	22,9	2,0	24,1	2,0	26,2	1,9	35,0	2,0	38,7	2,2	45,1	2,2	44,3	2,1	47,1	2,0	49,2	1,8
1.4 Empresas Estatais	45,6	6,1	47,4	5,4	24,8	2,6	23,7	2,4	29,6	2,6	24,9	2,0	19,5	1,4	27,3	1,6	17,7	1,0	4,5	0,2	-11,8	-0,6	-32,4	-1,4	-39,6	-1,5
2 Dívida interna líquida	170,3	22,9	237,6	27,1	269,8	27,9	328,7	33,2	407,8	35,2	451,8	36,6	530,0	38,8	654,3	37,5	726,7	41,7	818,1	40,2	952,2	44,1	1.130,9	47,4	1.393,1	51,9
2.1 Governo federal e Bacen	66,7	9,0	115,7	13,2	150,3	15,5	192,5	19,4	233,1	20,1	267,6	21,6	308,5	22,6	363,2	20,8	418,5	24,0	476,4	23,4	617,4	28,6	782,8	32,8	1.031,5	38,4
2.2 Governos estaduais ²	70,2	9,4	90,3	10,3	111,6	11,5	107,7	10,9	139,4	12,0	151,6	12,3	192,2	14,1	239,6	13,7	261,6	15,0	290,0	14,2	292,7	13,6	304,3	12,8	313,5	11,7
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	17,1	1,7	22,0	1,9	22,7	1,8	24,4	1,8	32,1	1,8	36,1	2,1	42,4	2,1	42,2	2,0	45,1	1,9	47,5	1,8
2.4 Empresas Estatais	33,4	4,5	31,5	3,6	8,0	0,8	11,5	1,2	13,4	1,2	10,0	0,8	5,0	0,4	19,4	1,1	10,5	0,6	9,3	0,5	-0,2	0,0	-1,4	-0,1	0,7	0,0
3. Dívida externa líquida	38,1	5,1	31,6	3,6	38,6	4,0	57,2	5,8	108,8	9,4	111,3	9,0	130,8	9,6	226,8	13,0	186,5	10,7	138,9	6,8	50,3	2,3	-63,5	-2,7	-242,8	-9,0
3.1 Governo federal e Bacen ³	23,7	3,2	12,7	1,5	17,5	1,8	38,8	3,9	83,2	7,2	85,4	6,9	103,3	7,6	197,6	11,3	160,3	9,2	125,1	6,1	46,8	2,2	-47,0	-2,0	-214,8	-8,0
3.2 Governos estaduais ²	2,3	0,3	3,0	0,3	4,3	0,4	5,5	0,6	8,5	0,7	9,6	0,8	11,3	0,8	18,4	1,1	16,4	0,9	16,0	0,8	13,0	0,6	12,5	0,5	10,6	0,4
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	0,7	0,1	0,9	0,1	1,4	0,1	1,8	0,1	2,9	0,2	2,6	0,2	2,7	0,1	2,2	0,1	1,9	0,1	1,7	0,1
3.4 Empresas Estatais	12,2	1,6	15,9	1,8	16,8	1,7	12,2	1,2	16,2	1,4	14,9	1,2	14,6	1,1	7,9	0,5	7,1	0,4	-4,8	-0,2	-11,6	-0,5	-31,0	-1,3	-40,3	-1,5

Fonte: Bacen.

1 – Os dados são de final de ano. Utiliza-se o PIB acumulado no ano valorizado pelo IGP-DI centrado no mês.

2 – Para os anos de 1994 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

3 – Descontadas as reservas internacionais.

nd – dado não disponível.

Observa-se que a Dívida Líquida do Setor Público fechou janeiro de 2008 em R\$ 1.150,4 bilhões, o que representou 42,8% do PIB.

Tabela 7 – Déficit do Setor Público ¹

Discriminação	1995		1996		1997		1998		1999		2000		2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB	Saldo	% PIB
1. Nominal ²	47,0	6,7	45,7	5,4	53,2	5,7	72,5	7,4	96,2	9,0	49,3	4,2	72,1	4,8	138,3	9,4	56,3	3,3	43,8	2,3	59,1	2,7	67,7	2,9	57,9	2,3
1.1 Governo federal e Bacen ³	15,4	2,2	19,9	2,4	22,9	2,4	49,4	5,1	66,2	6,2	34,5	2,9	44,5	3,4	86,7	5,9	39,4	2,3	23,7	1,2	68,7	3,2	72,3	3,1	59,6	2,3
1.2 Governos estaduais ⁵	23,1	3,3	21,1	2,5	26,4	2,8	16,4	1,7	26,1	2,5	20,0	1,7	23,1	1,8	43,8	3,0	22,9	1,4	27,5	1,4	4,8	0,2	13,7	0,6	10,3	0,4
1.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	2,0	0,2	4,5	0,4	3,0	0,3	1,2	0,1	7,7	0,5	4,1	0,2	6,5	0,3	0,7	0,0	2,9	0,1	2,4	0,1
1.4 Empresa/s Estatais	8,6	1,2	4,7	0,6	3,9	0,4	4,7	0,5	-0,6	-0,1	-8,1	-0,7	3,3	-0,5	0,1	0,0	-10,1	-0,6	-13,9	-0,7	-15,1	-0,7	-21,2	-0,9	-14,4	-0,6
2 Juros nominais ²	48,8	6,9	45,0	5,3	44,9	4,8	72,6	7,4	127,2	12,0	87,4	7,4	105,6	8,1	190,7	12,9	122,5	7,2	124,9	6,4	152,6	7,1	157,8	6,8	159,5	6,3
2.1 Governo federal e Bacen ³	18,7	2,7	22,9	2,7	20,5	2,2	54,4	5,6	88,9	8,4	54,9	4,7	66,4	5,1	118,6	8,0	78,2	4,6	76,1	3,9	124,5	5,8	123,6	5,3	119,0	4,7
2.2 Governos estaduais ⁵	21,9	3,1	16,8	2,0	19,9	2,1	12,7	1,3	27,7	2,6	24,5	2,1	30,3	2,3	52,4	3,5	34,9	2,1	43,6	2,2	21,9	1,0	30,1	1,3	36,3	1,4
2.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	4,0	0,4	5,0	0,5	4,4	0,4	4,4	0,3	9,8	0,7	6,0	0,4	7,9	0,4	4,8	0,2	6,2	0,3	6,3	0,3
2.4 Empresas Estatais	8,1	1,2	5,3	0,6	4,4	0,5	1,5	0,2	5,7	0,5	3,6	0,3	4,5	0,3	9,9	0,7	3,5	0,2	-2,6	-0,1	1,4	0,1	-2,1	-0,1	-2,2	-0,1
3. Primário ⁴	-1,7	-0,2	0,7	0,1	8,3	0,9	-0,1	0,0	-31,1	-2,9	-38,2	-3,2	-33,6	-3,4	-52,4	-3,6	-66,2	-3,9	-81,1	-4,2	-93,5	-4,4	-90,1	-3,9	-101,6	-4,0
3.1 Governo federal e Bacen ³	-3,3	-0,5	-2,9	-0,3	2,4	0,3	-5,0	-0,5	-22,7	-2,1	-20,4	-1,7	-22,0	-1,7	-31,9	-2,2	-38,7	-2,3	-52,4	-2,7	-55,7	-2,6	-51,4	-2,2	-59,4	-2,3
3.2 Governos estaduais ⁵	1,2	0,2	4,2	0,5	6,4	0,7	3,7	0,4	-1,6	-0,2	-4,6	-0,4	-7,2	-0,6	-8,6	-0,6	-11,9	-0,7	-16,1	-0,8	-17,2	-0,8	-16,4	-0,7	-26,0	-1,0
3.3 Governos municipais	nd	nd	nd	nd	nd	nd	-2,0	-0,2	-0,5	-0,1	-1,4	-0,1	-3,3	-0,3	-2,1	-0,1	-1,9	-0,1	-1,4	-0,1	-4,1	-0,2	-3,3	-0,1	-3,9	-0,2
3.4 Empresas Estatais	0,5	0,1	-0,6	-0,1	-0,5	-0,1	3,2	0,3	-6,3	-0,6	-11,7	-1,0	-1,1	-0,9	-9,8	-0,7	-13,6	-0,8	-11,2	-0,6	-16,4	-0,8	-19,1	-0,8	-12,2	-0,5

Fonte: Bacen.

1 – Calculado a partir da variação da dívida do setor público (“abaixo da linha”). Valores negativos significam superávit.

2 – Inclui a desvalorização cambial (em valores correntes).

3 – Inclui o INSS.

4 – Não inclui a desvalorização cambial.

5 – Para os anos de 1995 até 1997, a dívida dos governos estaduais inclui a dívida dos municípios.

nd – dado não disponível.

O Déficit Total do Setor Público acumulado em 12 meses, registrado em janeiro, foi de R\$ 57,9 bilhões, o que representou 2,3% do PIB.

Transferências Constitucionais

Aos recursos que a União transfere aos Estados e Municípios por determinação da Lei Maior dá-se o nome Transferências Constitucionais. Este rateio da receita proveniente da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais, na busca incessante de promover o equilíbrio sócio-econômico mais harmônico entre os diferentes Estados e Municípios do país.

Cabe ao Tesouro Nacional, em cumprimento aos dispositivos constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos.

Seguem abaixo alguns conceitos:

- **ITR – Imposto Territorial Rural** – O ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, localizado fora da zona urbana do município, anualmente. Está previsto no Art. 158, inc. II da Constituição Federal o percentual que a União deve repassar aos municípios. Na Lei Nº 9.393 de 19 de dezembro de 1996 está descrito o ITR em mais detalhes.

- **FPE – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal** – O FPE é constituído por 21,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). Este percentual está previsto no Art. 159, inc. I, alínea “a”. da Constituição Federal. O Art. 86 do Código Tributário Nacional descreve em mais detalhes como Fundo é constituído.

- **FPM – Fundo de Participação dos Municípios** – O FPM é constituído por 22,5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRPF e IRPJ) e sobre produtos industrializados (IPI). No Art. 159, inc. I, alínea “b” da Constituição Federal está previsto o percentual que a União deverá repassar aos Municípios.

- **IPI - exportação – Imposto sobre Produtos Industrializados - exportação** – O IPI incide sobre produtos industrializados, como por exemplo bebidas e automóveis. Está previsto no Art. 159, inc. II da Constituição Federal, o percentual que a União deve repassar aos Estados e Distrito Federal. Desse percentual os Municípios recebem 25%, conforme determina o Art. 159, § 3º da Constituição Federal.

- **IOF ouro – Imposto sobre Operações Financeiras Ouro** – O ouro destinado ao mercado financeiro sujeita-se, desde sua extração inclusive, exclusivamente à incidência do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. Está previsto no Art. 153, § 5º, inc. I e II da Constituição Federal o percentual de repasse da União para os Estados, DF e Municípios. A Lei 7.766, de 11 de maio de 1989, dispõe sobre o ouro, ativo financeiro e sobre seu tratamento tributário.

- **Desoneração ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços** – O ICMS incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, e está previsto no Art. 155, inc. II da Constituição Federal. Por outro lado, o inc. X do § 2º do mesmo artigo define as condições de não incidência de ICMS. Além disso, a Lei Complementar 87/96 determina a desoneração e o respectivo ressarcimento aos Estados, DF e Municípios.

- **FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério** – É um fundo de natureza contábil, instituído no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal com a finalidade exclusiva de financiar projetos e programas do ensino fundamental. Os repasses ao Fundo serão feitos de forma automática, para contas únicas e específicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, abertas para a finalidade, mantidas no Banco do Brasil S.A. O FUNDEF foi criado pela EC n.º 14/96 e regulamentado pela Lei n.º 9.424/96.

- **FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação** – Em abril de 2007, o Banco do Brasil realizou ajustes nas contas bancárias dos municípios referentes ao FUNDEB, em cumprimento ao disposto na Medida Provisória nº 339, de 28 de dezembro de 2006, e no Decreto nº 6.091, de 24 de abril de 2007. Esse procedimento foi necessário porque a MP previu uma regra de transição tendo em vista a extinção do FUNDEF em 31/12/2006. A regra consistia em manter a sistemática de distribuição dos recursos utilizada pelo FUNDEF nos meses de janeiro e fevereiro e realizar o ajuste para compensação dos valores em abril.

- **FEX – Auxílio Financeiro para Fomentar as Exportações** – O FEX tem como objetivo fomentar as exportações do País, ficando a União responsável por repassar o auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Do montante dos recursos que cabe a cada Estado, a União entregará diretamente ao próprio Estado 75%, e aos seus Municípios, 25%. A Lei 10.966 de 9 de novembro de 2004 estabelece detalhadamente os repasses realizados.

- **CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico** – Esta modalidade de CIDE é um tributo que incide sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Essa contribuição será distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o Art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001. Está previsto no Art. 159 inc. III da Constituição Federal o percentual de 25% que a União deverá repassar aos Estados e DF.

Tabela 8a – Transferências Constitucionais da União aos Estados.

(acumulado de 2006 até dezembro - R\$ mil)

	Estados							Total
	FPE	IOF ouro	FUNDEF/ FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	FEX	CIDE ²	
Acre	1.095.052	0	200.368	999	325	2.472	10.176	1.309.390
Alagoas	1.331.635	0	210.591	9.217	5.908	47.305	19.827	1.624.484
Amazonas	893.199	45	399.488	11.056	53.345	36.780	21.505	1.415.417
Amapá	1.092.171	149	220.314	4.459	1.891	14.747	8.328	1.342.059
Bahia	3.007.695	0	818.094	40.771	156.429	61.627	92.879	4.177.495
Ceará	2.348.519	8	343.135	17.868	18.487	27.316	48.815	2.804.148
Distrito Federal	220.931	0	59.464	11.844	1.246	5.751	25.951	325.186
Espírito Santo	480.145	0	368.639	46.767	90.663	112.028	29.979	1.128.222
Goiás	910.068	0	673.363	14.642	20.419	33.527	67.748	1.719.766
Maranhão	2.310.524	9	373.779	18.416	20.913	51.043	42.555	2.817.240
Minas Gerais	1.425.872	1	2.583.422	141.555	229.433	123.522	152.206	4.656.010
Mato Grosso do Sul	426.369	0	361.785	13.544	13.587	22.631	34.552	872.467
Mato Grosso	738.752	269	450.364	21.291	18.577	102.223	38.598	1.370.074
Pará	1.956.433	510	489.380	47.869	81.197	146.789	41.753	2.763.930
Paraíba	1.532.912	0	329.500	3.154	5.250	15.524	25.324	1.911.665
Pernambuco	2.208.733	0	640.873	16.297	14.677	13.848	47.215	2.941.643
Piauí	1.383.267	0	217.603	3.309	574	11.016	27.288	1.643.057
Paraná	922.904	2	1.335.880	110.603	202.636	133.448	95.539	2.801.011
Rio de Janeiro	489.012	79	1.019.010	64.338	261.063	50.679	71.379	1.955.560
Rio Grande do Norte	1.337.333	0	311.502	3.973	7.054	20.833	27.420	1.708.115
Rondônia	901.265	93	271.061	2.736	3.071	12.267	18.456	1.208.949
Roraima	794.065	11	186.445	419	142	2.698	9.520	993.300
Rio Grande do Sul	753.764	0	1.467.436	110.185	244.739	121.824	83.948	2.781.897
Santa Catarina	409.660	0	832.588	39.396	146.748	91.454	51.777	1.571.622
Sergipe	1.330.099	0	218.417	2.748	1.054	3.974	16.803	1.573.093
São Paulo	320.097	8	7.069.772	341.617	399.981	181.764	257.444	8.570.682
Tocantins	1.389.221	2	290.323	864	496	7.712	27.189	1.715.806
Total	32.009.696	1.187	21.742.595	1.099.933	1.999.905	1.454.800	1.394.174	59.702.290

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 8b – Transferências Constitucionais da União aos Municípios.

(acumulado de 2006 até dezembro - R\$ mil)

	Municípios								
	FPM	IOF ouro	FUNDEF/ FUNDEB	Desoneração ICMS	IPI - Exportação ¹	ITR	FEX	CIDE ²	Total
Acre	179.062	0	nd	370	108	227	824	3.392	301.540
Alagoas	808.196	0	nd	3.414	1.969	691	15.768	6.609	1.387.941
Amazonas	467.041	106	nd	4.095	17.782	501	12.260	7.168	638.038
Amapá	115.949	348	nd	1.651	630	258	4.916	2.776	176.084
Bahia	3.060.397	1	nd	15.100	52.143	6.618	20.542	30.960	3.952.327
Ceará	1.774.307	19	nd	6.618	6.162	979	9.105	16.272	2.370.923
Distrito Federal	68.813	0	nd	0	415	894	0	0	70.122
Espírito Santo	589.998	0	nd	17.321	30.221	1.415	37.343	9.993	813.315
Goiás	1.224.962	0	nd	5.423	6.806	12.427	11.176	22.583	1.460.706
Maranhão	1.415.473	20	nd	6.821	6.971	1.999	17.014	14.185	2.068.999
Minas Gerais	4.456.535	1	nd	52.427	76.478	18.743	41.174	50.735	5.151.891
Mato Grosso do Sul	500.839	0	nd	5.016	4.529	16.373	7.544	11.517	628.820
Mato Grosso	625.251	628	nd	7.885	6.192	13.765	34.074	12.866	809.846
Pará	1.227.441	1.190	nd	17.729	27.066	3.548	48.930	13.918	1.807.951
Paraíba	1.097.037	0	nd	1.168	1.750	561	5.175	8.441	1.369.210
Pernambuco	1.640.400	0	nd	6.036	4.892	1.216	4.616	15.738	2.076.776
Piauí	900.089	1	nd	1.226	191	1.185	3.672	9.096	1.184.943
Paraná	2.308.363	4	nd	40.964	67.545	18.413	44.483	31.846	2.799.832
Rio de Janeiro	992.712	183	nd	23.829	87.021	2.125	16.893	23.793	1.358.916
Rio Grande do Norte	842.332	0	nd	1.471	2.351	541	6.944	9.140	1.078.091
Rondônia	309.482	218	nd	1.013	1.024	917	4.089	6.152	416.589
Roraima	202.579	27	nd	155	47	242	899	3.173	239.487
Rio Grande do Sul	2.261.031	0	nd	40.809	81.580	16.806	40.608	27.983	2.734.774
Santa Catarina	1.314.364	0	nd	14.591	48.916	3.510	30.485	17.259	1.581.639
Sergipe	481.067	0	nd	1.018	351	488	1.325	5.601	667.537
São Paulo	4.543.063	18	nd	126.524	133.327	33.588	60.588	85.815	5.359.551
Tocantins	528.098	4	nd	320	165	2.442	2.571	9.063	677.025
Total	33.934.882	2.769	nd	402.993	666.635	160.471	483.017	456.074	43.182.872

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

1 – No caso do IPI - exportação, a STN não separa a parcela dos municípios. Imputamos a parcela de 25%, conforme determina o art. 159, § 3º, da Constituição Federal.

2 – A CIDE é distribuída pela União trimestralmente, conforme determina o art. 1-A, § 1º, da Lei 10.336 de 2001.

Tabela 9 – Dívida Mobiliária Federal em Poder do Mercado¹

(R\$ bilhões)

Período	Emitida pelo Tesouro Nacional	Emitida pelo Banco Central	Total	Total real ²
1994 Dez	35,3	26,5	61,8	213,3
1995 Dez	59,1	49,3	108,5	326,3
1996 Dez	93,1	83,1	176,2	484,8
1997 Dez	190,3	65,2	255,5	654,0
1998 Dez	219,2	104,7	323,9	815,0
1999 Dez	351,9	63,0	414,9	870,2
2000 Dez	432,2	83,9	516,1	985,9
2001 Dez	492,9	122,0	615,0	1.064,0
2002 Dez	636,0	66,8	702,8	961,9
2003 Dez	767,1	30,7	797,7	1.014,1
2004 Dez	856,2	13,5	869,7	986,0
2005 Dez	1.010,1	6,7	1.016,8	1.138,8
2006 Dez	1.170,4	0,0	1.170,4	1.262,9
2007				
Jan	1.204,8	0,0	1.204,8	1.294,4
Fev	1.237,3	0,0	1.237,3	1.326,3
Mar	1.267,5	0,0	1.267,5	1.355,7
Abr	1.286,4	0,0	1.286,4	1.373,9
Mai	1.330,9	0,0	1.330,9	1.419,2
Jun	1.354,7	0,0	1.354,7	1.440,8
Jul	1.379,9	0,0	1.379,9	1.462,2
Ago	1.392,7	0,0	1.392,7	1.455,6
Set	1.396,4	0,0	1.396,4	1.442,5
Out	1.409,9	0,0	1.409,9	1.445,7
Nov	1.413,7	0,0	1.413,7	1.434,4
Dez	1.412,3	0,0	1.412,3	1.412,3

Fonte: Bacen.

1 – Posição de custódia.

2 – Corrigido pelo IGD-DI do último mês.

III. Setor Externo

Tabela 10 – Dívida Externa Total por Devedor

(US\$ bilhões)

Discriminação	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006 ¹				2007 ¹		
								Mar	Jun	Set	Dez	Mar	Jun	Set
1 Dívida de médio e longo prazos²	199,0	189,5	182,3	187,3	194,7	182,6	150,7	148,8	140,3	141,5	152,3	147,5	145,5	152,6
1.2 Setor público não-financeiro	97,4	89,8	92,8	110,3	119,8	114,7	87,6	82,6	75,5	74,8	76,3	76,3	73,3	71,8
1.3 Setor privado e setor público financeiro	101,6	99,7	89,5	77,0	75,0	67,9	63,1	66,2	64,8	66,6	76,0	71,2	72,2	80,8
2 Dívida de curto prazo	26,6	27,4	27,7	23,4	20,2	18,7	18,8	17,8	16,4	18,1	20,3	34,6	45,9	42,8
2.1 Setor público não-financeiro	3,3	2,6	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0
2.2 Setor privado e setor público financeiro	23,3	24,8	27,2	23,3	20,2	18,7	18,8	17,8	16,4	18,1	20,3	34,1	45,9	42,8
3 Dívida externa total³	225,6	216,9	209,9	210,7	214,9	201,4	169,5	166,7	156,7	159,6	172,6	182,1	191,4	195,3
3.1 Setor público não-financeiro	100,7	92,4	93,2	110,4	119,8	114,7	87,6	82,6	75,5	74,9	76,3	76,8	73,3	71,8
3.2 Setor privado e setor público financeiro	124,9	124,6	116,8	100,3	95,1	86,7	81,9	84,0	81,2	84,7	96,3	105,3	118,1	123,6

Fonte: Bacen.

1 – Dados estimados.

2 – Dívida registrada no Bacen.

3 – Exclui estoque de principal relativo a empréstimos intercompanhia. Em março de 2001, houve revisão metodológica.

Tabela 11 – Reservas Internacionais ¹

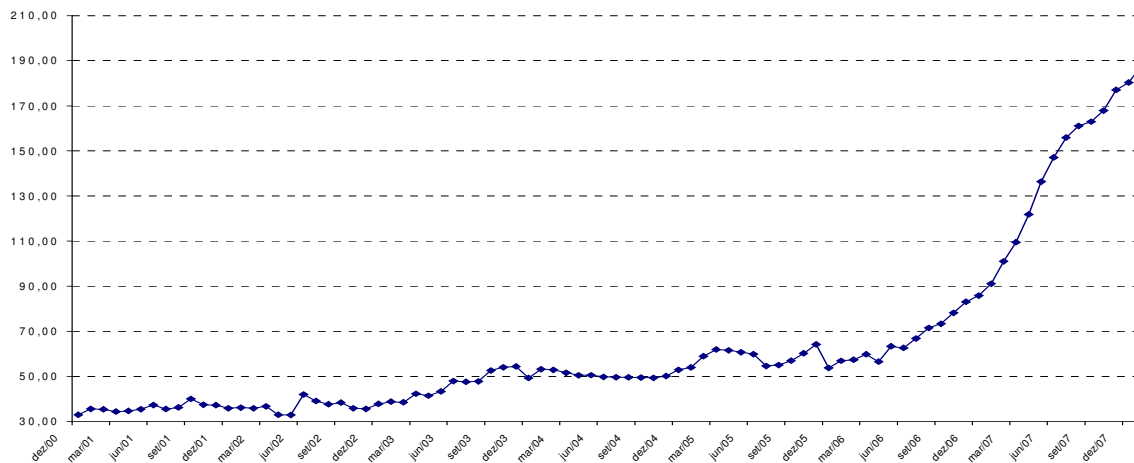
		(US\$ bilhões)
1995 Dez		51,8
1996 Dez		60,1
1997 Dez		52,2
1998 Dez		44,6
1999 Dez		36,3
2000 Dez		33,0
2001 Dez		35,9
2002 Dez		37,8
2003 Dez		49,3
2004 Dez		52,9
2005 Dez		53,8
2006 Dez		85,8
2007		
	Jan	91,1
	Fev	101,1
	Mar	109,5
	Abr	121,8
	Mai	136,4
	Jun	147,1
	Jul	155,9
	Ago	161,1
	Set	163,0
	Out	167,9
	Nov	177,1
	Dez	180,3
2008		
	Jan	187,5

Fonte: Bacen.

1 – Conceito de liquidez.

Gráfico 2 – Reservas Internacionais

(US\$ bilhões - mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 12– Taxa de Câmbio ¹

	US\$	€
1995	0,97	nd
1996	1,04	nd
1997	1,12	nd
1998	1,21	nd
1999	1,79	1,81
2000	1,96	1,84
2001	2,32	2,06
2002	3,53	3,70
2003	2,89	3,65
2004	2,65	3,62
2005	2,34	2,77
2006	2,14	2,82
2007		
Jan	2,12	2,76
Fev	2,12	2,80
Mar	2,05	2,74
Abr	2,03	2,78
Mai	1,93	2,60
Jun	1,93	2,61
Jul	1,88	2,57
Ago	1,96	2,68
Set	1,84	2,62
Out	1,74	2,52
Nov	1,78	2,62
Dez	1,77	2,61
2008		
Jan	1,76	2,62

Fonte: Bacen.

1 – Final de período.

nd – dado não disponível.

O dólar apresentou em janeiro de 2008 sua cotação em R\$ 1,76. Com isso, verificou-se uma queda de 0,6% em relação ao mês anterior.

Comparando janeiro de 2008 com mesmo mês do ano anterior, o dólar sofreu uma queda de 17,2 %.

Tabela 13 – Balanço de Pagamentos: itens selecionados.

(US\$ milhões)

	Saldo em Conta Corrente		Remessa de Juros		Remessa de Lucros ¹	
	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²	Valores	% PIB ²
1994	-1.811,2	-0,3	7.855,7	1,4	2.882,8	0,5
1995	-18.383,8	-2,4	10.427,0	1,4	3.396,6	0,4
1996	-23.501,9	-2,8	12.388,7	1,5	3.726,6	0,4
1997	-30.452,4	-3,5	13.499,8	1,5	6.181,1	0,7
1998	-33.415,9	-4,0	15.321,0	1,8	7.163,0	0,8
1999	-25.334,8	-4,3	17.100,4	2,9	5.514,9	0,9
2000	-24.224,4	-3,8	17.095,7	2,7	4.253,0	0,7
2001	-23.214,5	-4,2	17.621,2	3,2	5.226,2	0,9
2002	-7.636,8	-1,5	15.275,0	3,0	6.020,0	1,2
2003	4.177,3	0,8	15.327,5	2,8	6.403,2	1,2
2004	11.679,2	1,8	15.289,0	2,3	8.257,3	1,2
2005	13.984,5	1,6	15.713,1	1,8	13.337,2	1,5
2006						
Jan – Dez	13.642,6	1,5	16.403,7	1,9	17.318,2	2,0
Jan	-313,8	-0,4	1.771,2	2,2	1.562,2	1,9
Fev	627,1	0,8	1.229,9	1,5	866,9	1,1
Mar	1.311,3	1,5	1.280,8	1,4	1.507,3	1,7
Abr	133,0	0,2	1.428,2	1,7	1.632,3	1,9
Mai	383,4	0,4	1.153,0	1,3	2.059,2	2,3
Jun	632,2	0,7	1.586,4	1,8	2.048,1	2,3
Jul	3.068,4	3,4	1.474,4	1,6	914,0	1,0
Ago	2.184,0	2,3	1.141,9	1,2	1.043,8	1,1
Set	2.249,3	2,5	1.390,6	1,5	879,3	1,0
Out	1.536,3	1,7	1.244,3	1,3	910,6	1,0
Nov	1.393,1	1,5	1.211,6	1,3	781,8	0,8
Dez	438,3	0,5	1.491,4	1,7	3.112,7	3,5
2007						
Jan – Dez	3.348,9	0,4	17.058,7	1,9	22.547,2	2,6
Jan	286,0	0,3	1.800,3	1,8	931,2	0,9
Fev	433,9	0,4	1.375,9	1,4	1.051,5	1,1
Mar	709,9	0,7	1.184,0	1,1	1.574,1	1,5
Abr	1.835,3	1,7	1.300,7	1,2	1.314,1	1,2
Mai	258,1	0,2	1.085,0	1,0	3.039,7	2,7
Jun	620,7	0,6	1.460,5	1,3	1.843,9	1,7
Jul	-804,9	-0,7	1.904,1	1,7	2.130,7	1,9
Ago	1.310,6	1,1	1.135,2	1,0	1.411,0	1,2
Set	440,3	0,4	1.428,0	1,3	1.739,8	1,6
Out	-64,4	-0,1	1.363,9	1,2	2.212,3	1,9
Nov	-1.291,0	-1,1	1.213,7	1,1	2.161,9	1,9
Dez	-385,6	-0,4	1.807,4	1,7	3.137,0	2,9

Fonte: Bacen.

1 – Lucros e dividendos - exclusive lucros reinvestidos.

2 – PIB convertido em dólar pela taxa de câmbio média do período.

Diante deste quadro, pode-se destacar que o acumulado de Remessa de Juros de janeiro a dezembro de 2007 alcançou R\$ 17,1 bilhões, ou seja, 4,0% a mais que no mesmo período de 2006. Destaca-se também o acumulado da Remessa de Lucros que alcançou R\$22,5 bilhões até dezembro de 2007, contra R\$ 17,3 bilhões no mesmo período de 2006, ou seja, um salto de 30,2%.

Tabela 14 – Balança Comercial – FOB

(US\$ bilhões)

Período	Exportações			Importações			Saldo	
	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses	Número Índice ¹	Mensal	Últimos 12 meses
1995 Dez	3,9	46,5	100,0	3,9	50,0	100,0	-0,1	-3,5
1996 Dez	3,8	47,7	102,7	5,6	53,3	106,8	-1,8	-5,6
1997 Dez	4,5	53,0	114,0	5,3	59,7	119,6	-0,8	-6,8
1998 Dez	3,9	51,1	110,0	4,5	57,8	115,6	-0,5	-6,6
1999 Dez	4,7	48,0	103,2	4,4	49,3	98,6	0,2	-1,3
2000 Dez	4,7	55,1	118,4	4,9	55,8	111,7	-0,2	-0,8
2001 Dez	4,3	58,2	125,2	3,5	55,6	111,2	0,9	2,7
2002 Dez	5,2	60,4	129,8	3,4	47,2	94,5	1,8	13,1
2003 Dez	6,7	73,1	157,1	4,0	48,3	96,7	2,7	24,8
2004 Dez	9,2	96,5	207,4	5,7	62,8	125,7	3,5	33,6
2005 Dez	10,9	118,5	254,9	6,6	73,6	147,3	4,4	44,9
2006 Dez	12,3	137,8	296,3	7,2	91,4	182,8	5,1	46,5
2007								
Jan	11,0	139,5	300,0	8,5	93,4	186,8	2,5	46,1
Fev	10,1	140,9	302,9	7,2	94,6	189,4	2,9	46,2
Mar	12,9	142,4	306,1	9,6	96,5	193,1	3,3	45,8
Abr	12,4	145,0	311,7	8,3	98,0	196,2	4,2	46,9
Mai	13,6	148,3	318,9	9,8	100,5	201,2	3,9	47,8
Jun	13,1	150,0	322,5	9,3	102,5	205,0	3,8	47,5
Jul	14,1	150,4	323,5	10,8	105,2	210,6	3,3	45,2
Ago	15,1	151,9	326,5	11,6	107,7	215,5	3,5	44,2
Set	14,2	153,5	330,0	10,7	110,3	220,7	3,5	43,2
Out	15,8	156,5	336,6	12,3	113,9	227,9	3,4	42,7
Nov	14,1	158,7	341,2	12,0	117,2	234,6	2,0	41,4
Dez	14,2	160,6	345,4	10,6	120,6	241,4	3,6	40,0
2008								
Jan	13,3	162,9	350,4	12,3	124,5	249,1	0,9	38,5

Fonte: MDIC/Secex.

¹ – Referentes aos últimos 12 meses.

As exportações, em janeiro de 2008, totalizaram US\$ 13,3 bilhões, uma cifra recorde histórica para o referido mês no comércio exterior brasileiro. Em relação a janeiro de 2007, as exportações cresceram 20,9%.

As importações somaram US\$ 12,3 bilhões. Em relação ao mesmo mês do ano anterior, as compras externas elevaram-se 45,6%.

O saldo de janeiro no comércio exterior brasileiro ficou em US\$ 0,9 bilhões.

Diante deste quadro, pode-se destacar a manutenção extraordinária do valor acumulado nos últimos 12 meses das exportações acima de US\$ 160 bilhões desde o fim do ano de 2007.

IV. Setor Financeiro

Tabela 15 – Taxa de Juros Selic

Período	(em %)			
	Acumulada no período	Taxa Real de Juros ¹	Média do período (a.a.)	Divulgada pelo COPOM
1995	53,1	33,4	53,9	nd
1996	27,1	16,3	27,6	nd
1997	24,6	15,9	25,2	nd
1998	28,6	26,4	29,5	nd
1999	25,1	4,3	26,3	nd
2000	17,3	6,9	17,6	nd
2001	17,3	6,2	17,5	nd
2002	19,1	-5,8	19,1	nd
2003	23,3	14,5	23,4	nd
2004	16,2	3,6	16,2	nd
2005	19,0	17,6	19,1	nd
2006	15,1	10,9	15,3	nd
2007	11,9	3,7	12,0	nd
Jan	1,1	0,7	13,1	13,00
Fev	0,9	0,6	12,9	13,00
Mar	1,1	0,8	12,7	12,75
Abr	0,9	0,8	12,6	12,50
Mai	1,0	0,9	12,4	12,50
Jun	0,9	0,6	12,0	12,00
Jul	1,0	0,6	11,7	11,50
Ago	1,0	-0,4	11,4	11,50
Set	0,8	-0,4	11,2	11,25
Out	0,9	0,2	11,2	11,25
Nov	0,8	-0,2	11,2	11,25
Dez	0,8	-0,6	11,2	11,25
2008				
Jan	0,9	-0,1	11,2	11,25

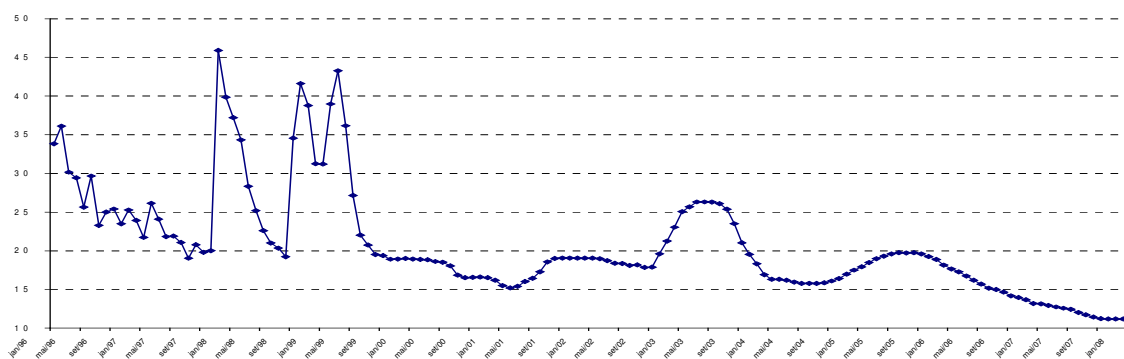
Fonte: Bacen.

1 – Trata-se do acumulado no período, deflacionado pelo IGP-DI.

nd – dado não disponível.

Gráfico 3 – Taxa de Juros - Selic

(% a.a. - média mensal)



Fonte: Bacen.

Tabela 16 – *Spread* das Operações de Crédito ¹

(ponto percentual – média do período)

Período	Pessoa física	Pessoa jurídica	Geral
1995	171,1	nd	nd
1996	112,2	nd	nd
1997	81,7	nd	nd
1998	94,4	nd	nd
1999	87,2	nd	nd
2000	56,9	12,0	27,2
2001	48,9	11,8	27,0
2002	51,4	14,5	30,0
2003	55,6	14,7	31,9
2004	46,2	13,5	28,0
2005	43,2	13,8	28,4
2006	41,3	13,9	28,5
2007	36,3	12,8	25,3
Jan	39,9	13,6	27,5
Fev	38,7	13,8	27,1
Mar	38,0	13,3	26,6
Abri	37,7	13,3	26,4
Mai	37,5	12,8	26,0
Jun	37,1	12,6	25,8
Jul	36,3	12,1	25,1
Ago	35,3	12,4	24,7
Set	34,9	12,6	24,6
Out	34,5	12,7	24,5
Nov	33,3	12,3	23,5
Dez	31,9	11,9	22,4

Fonte: Bacen.

1 – Consiste em operações com recursos livres. No caso de pessoa jurídica trata-se de crédito prefixado, pós-fixado e fluante. Para pessoa física inclui-se apenas crédito prefixado.

nd - dado não disponível.

Tabela 17 – Volume de Crédito

(R\$ bilhões)

Período	Ao Setor Privado			Ao Setor Público	Total Geral	% PIB ²
	Recursos Direcionados	Recursos Livres ¹	Total			
1994 Dez	nd	nd	158,5	28,3	186,8	36,6
1995 Dez	nd	nd	203,4	35,5	238,9	32,1
1996 Dez	nd	nd	207,8	44,8	252,6	28,8
1997 Dez	nd	nd	235,4	24,4	259,8	26,8
1998 Dez	nd	nd	256,1	20,9	276,9	27,9
1999 Dez	nd	nd	271,0	17,5	288,5	24,9
2000 Dez	138,7	171,8	310,5	16,3	326,8	26,4
2001 Dez	115,5	211,0	326,5	9,8	336,4	24,7
2002 Dez	144,2	227,4	371,6	12,8	384,4	22,0
2003 Dez	162,6	240,7	403,3	15,0	418,3	24,0
2004 Dez	180,8	285,4	466,2	19,2	498,7	26,9
2005 Dez	203,3	383,2	586,5	20,6	607,0	28,1
2006 Dez	234,3	479,5	713,7	18,9	732,6	30,7
2007						
Jan	237,2	483,3	720,5	18,8	738,5	30,7
Fev	237,2	492,5	729,8	18,8	748,5	30,9
Mar	238,0	500,9	738,9	18,5	757,5	31,1
Abr	239,7	518,6	758,3	19,0	777,3	31,6
Mai	240,2	530,1	770,3	18,7	788,9	31,9
Jun	242,5	538,8	781,3	18,6	799,9	32,1
Jul	245,2	554,4	799,6	18,3	817,9	32,4
Ago	251,5	572,3	823,8	18,5	842,3	32,8
Set	255,0	583,9	838,9	18,4	857,3	33,0
Out	262,2	601,1	863,3	18,3	881,6	33,6
Nov	268,9	623,2	892,1	18,6	910,7	34,3
Dez	274,1	642,9	917,0	18,8	935,8	34,8

Fonte: Bacen.

1 – Inclui arrendamento mercantil (leasing).

2 – PIB acumulado dos últimos 12 meses – valorizado pelo IGP-DI centrado do mês.

nd – dado não disponível.